



PEDIDO EFETUADO AO ABRIGO DA CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO ENTRE PORTUGAL E:
SOLICITUD REALIZADA EN LOS TÉRMINOS DEL CONVENIO PARA EVITAR LA DOBLE IMPOSICIÓN ENTRE PORTUGAL Y:

I IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO EFETIVO DOS RENDIMENTOS
IDENTIFICACIÓN DEL BENEFICIARIO EFECTIVO DE LOS RENDIMIENTOS

NOME / DENOMINAÇÃO SOCIAL <i>NOMBRE/DENOMINACIÓN SOCIAL</i>			
DOMICÍLIO FISCAL (Rua, número e andar) <i>Domicilio fiscal (Calle, numero y piso)</i>		Número de Identificação Fiscal (NIF) no país de residência <i>Numero De Identificación Fiscal del País de Residencia</i>	
CÓDIGO POSTAL <i>CÓDIGO POSTAL</i>	LOCALIDADE <i>LOCALIDAD</i>	PAÍS <i>PAÍS</i>	NIF PORTUGUÊS (Ver instruções) <i>NIF PORTUGUÊS (Véanse instrucciones)</i>
CORREIO ELETRÓNICO: <i>CORREO ELECTRÓNICO:</i>			

II IDENTIFICAÇÃO DOS RENDIMENTOS
DESCRIPCIÓN DE LOS RENDIMIENTOS

1 - DIVIDENDOS 1.1 - DE AÇÕES		1 - DIVIDENDOS 1.1 - DE ACCIONES		<input type="checkbox"/>
QUANTIDADE <i>CANTIDAD</i>	ENTIDADE EMITENTE OU CÓDIGO ISIN <i>ENTIDAD EMISORA/CÓDIGO ISIN</i>			
1.2 - RESTANTES DIVIDENDOS 1.2 - OTROS DIVIDENDOS <input type="checkbox"/>				
VALOR DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL <i>IMPORTE DE LA PARTICIPACIÓN SOCIAL</i>	ENTIDADE PARTICIPADA <i>ENTIDAD PARTICIPADA</i>			
2 - JUROS 2.1 - DE VALORES MOBILIÁRIOS REPRESENTATIVOS DA DÍVIDA 2 - INTERESES 2.1 - DEL VALOR MOBILIARIO REPRESENTATIVO DE LA DEUDA <input type="checkbox"/>				
VALOR NOMINAL <i>VALOR NOMINAL</i>	DESIGNAÇÃO DO VALOR MOBILIÁRIO OU CÓDIGO ISIN <i>DESIGNACIÓN DEL VALOR MOBILIARIO CODIGO ISIN</i>	DATA DE AQUISIÇÃO (aaaa/mm/dd) <i>FECHA DE ADQUISICIÓN</i> (aaaa/mm/dd)	ENTIDADE EMITENTE <i>ENTIDAD EMISORA</i>	
2.2 - RESTANTES JUROS 2.2 - OTROS INTERESES <input type="checkbox"/>				
NATUREZA DOS CRÉDITOS <i>NATURALEZA DE LOS CRÉDITOS</i>	DATA DA CONSTITUIÇÃO (aaaa/mm/dd) <i>FECHA DE CONSTITUCIÓN</i> (aaaa/mm/dd)	VALOR DOS CRÉDITOS <i>IMPORTE DE LOS CRÉDITOS</i>		
3 - ROYALTIES 3 - CÁNONES <input type="checkbox"/>				
NATUREZA DAS ROYALTIES <i>NATURALEZA DE LOS CÁNONES</i>			DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (aaaa/mm/dd) <i>FECHA DEL CONTRATO</i> (aaaa/mm/dd)	
4 - TRABALHO INDEPENDENTE 6 - PENSÕES 6.1 - DE NATUREZA PRIVADA 7 - REMUNERAÇÕES PÚBLICAS 8 - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS Comissões <input type="checkbox"/> Outras <input type="checkbox"/> Especifique <input type="checkbox"/> <i>Comisiones</i> <i>Otras</i> <i>Especificar</i>	4 - TRABAJO INDEPENDIENTE 6 - PENSIONES 6.1 - DE NATURALEZA PRIVADA 7 - REMUNERACIONES PÚBLICAS 8 - PRESTACIONES DE SERVICIOS	<input type="checkbox"/>	5 - TRABALHO DEPENDENTE 6.2 - DE NATUREZA PÚBLICA <input type="checkbox"/>	5 - TRABAJO DEPENDIENTE 6.2 - DE NATURALEZA PÚBLICA <input type="checkbox"/>
9 - RESTANTES RENDIMENTOS 9 - OTROS RENDIMIENTOS <input type="checkbox"/> Identifique a natureza do rendimento <i>Describe la naturaleza del rendimiento</i>				

III PROVA DA RESIDÊNCIA FISCAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO
PROVA DE RESIDENCIA DEL BENEFICIARIO EFECTIVO

ESTE FORMULÁRIO APENAS É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DE PROVA DE RESIDÊNCIA FISCAL.
PARA EFEITOS DE PROVA DA RESIDÊNCIA FISCAL, NO PERÍODO EM CAUSA, DA ENTIDADE IDENTIFICADA NO QUADRO I É JUNTO CERTIFICADO DE RESIDÊNCIA FISCAL EMITIDO PELAS AUTORIDADES COMPETENTES DO RESPECTIVO ESTADO DE RESIDÊNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4.º DA CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO, ATESTANDO A SUJEIÇÃO A IMPOSTO.

ESTE FORMULARIO SÓLO ES VÁLIDO CUANDO SE ACOMPAÑA POR PRUEBA DE RESIDENCIA FISCAL.
PARA EL PROPÓSITO DE LA PRUEBA DE LA RESIDENCIA FISCAL, EN EL PERÍODO INTERESADO, LA ENTIDAD IDENTIFICADA EN EL CUADRO I SE JUNTA CON EL CERTIFICADO DE RESIDENCIA FISCAL EMITIDO POR LAS AUTORIDADES COMPETENTES DEL RESPECTIVO ESTADO DE RESIDENCIA, EN LOS TÉRMINOS DEL ARTÍCULO 4 DEL CONVENIO PARA EVITAR LA DOBLE IMPOSICIÓN ARTÍCULO 4, COMPROBANDO LA SUJECIÓN AL IMPUESTO SOBRE LA RENTA.

PEDIDO EFETUADO AO ABRIGO DA CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO ENTRE PORTUGAL E:
SOLICITUD REALIZADA EN LOS TÉRMINOS DEL CONVENIO PARA EVITAR LA DOBLE IMPOSICIÓN ENTRE PORTUGAL Y:

I IDENTIFICAÇÃO DO BENEFICIÁRIO EFETIVO DOS RENDIMENTOS
IDENTIFICACIÓN DEL BENEFICIARIO EFECTIVO DE LOS RENDIMIENTOS

NOME / DENOMINAÇÃO SOCIAL <i>NOMBRE/DENOMINACIÓN SOCIAL</i>		Número de Identificação Fiscal (NIF) no país de residência <i>Numero De Identificación Fiscal del País de Residencia</i>	
DOMICÍLIO FISCAL (Rua, número e andar) <i>Domicilio fiscal (Calle, numero y piso)</i>			
CÓDIGO POSTAL <i>CÓDIGO POSTAL</i>	LOCALIDADE <i>LOCALIDAD</i>	PAÍS <i>PAÍS</i>	NIF PORTUGUÊS (Ver instruções) <i>NIF PORTUGUÊS (Véanse instrucciones)</i>
CORREIO ELETRÓNICO: <i>CORREO ELECTRÓNICO:</i>			

II IDENTIFICAÇÃO DOS RENDIMENTOS
DESCRIPCIÓN DE LOS RENDIMIENTOS

1 - DIVIDENDOS **1 - DIVIDENDOS**
1.1 - DE AÇÕES **1.1 - DE ACCIONES**

QUANTIDADE <i>CANTIDAD</i>	ENTIDADE EMITENTE OU CÓDIGO ISIN <i>ENTIDAD EMISORA/CÓDIGO ISIN</i>

1.2 - RESTANTES DIVIDENDOS **1.2 - OTROS DIVIDENDOS**

VALOR DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL <i>IMPORTE DE LA PARTICIPACIÓN SOCIAL</i>	ENTIDADE PARTICIPADA <i>ENTIDAD PARTICIPADA</i>

2 - JUROS **2 - INTERESES**
2.1 - DE VALORES MOBILIÁRIOS REPRESENTATIVOS DA DÍVIDA **2.1 - DEL VALOR MOBILIARIO REPRESENTATIVO DE LA DEUDA**

VALOR NOMINAL <i>VALOR NOMINAL</i>	DESIGNAÇÃO DO VALOR MOBILIÁRIO OU CÓDIGO ISIN <i>DESIGNACIÓN DEL VALOR MOBILIARIO CODIGO ISIN</i>	DATA DE AQUISIÇÃO (aaaa/mm/dd) <i>FECHA DE ADQUISICIÓN (aaaa/mm/dd)</i>	ENTIDADE EMITENTE <i>ENTIDAD EMISORA</i>

2.2 - RESTANTES JUROS **2.2 - OTROS INTERESES**

NATUREZA DOS CRÉDITOS <i>NATURALEZA DE LOS CRÉDITOS</i>	DATA DA CONSTITUIÇÃO (aaaa/mm/dd) <i>FECHA DE CONSTITUCIÓN (aaaa/mm/dd)</i>	VALOR DOS CRÉDITOS <i>IMPORTE DE LOS CRÉDITOS</i>

3 - ROYALTIES **3 - CÁNONES**

NATUREZA DAS ROYALTIES <i>NATURALEZA DE LOS CÁNONES</i>	DATA DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO (aaaa/mm/dd) <i>FECHA DEL CONTRATO (aaaa/mm/dd)</i>

4 - TRABALHO INDEPENDENTE **4 - TRABAJO INDEPENDIENTE** 5 - TRABALHO DEPENDENTE **5 - TRABAJO DEPENDIENTE**
6 - PENSÕES **6 - PENSIONES** 6.2 - DE NATUREZA PÚBLICA **6.2 - DE NATURALEZA PÚBLICA**
6.1 - DE NATUREZA PRIVADA **6.1 - DE NATURALEZA PRIVADA**
7 - REMUNERAÇÕES PÚBLICAS **7 - REMUNERACIONES PÚBLICAS**
8 - PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS **8 - PRESTACIONES DE SERVICIOS**
Comissões Outras Especifique
Comisiones *Otras* *Especificar*

9 - RESTANTES RENDIMENTOS **9 - OTROS RENDIMIENTOS**
Identifique a natureza do rendimento
Describe la naturaleza del rendimiento

III PROVA DA RESIDÊNCIA FISCAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO
PROVA DE RESIDENCIA DEL BENEFICIARIO EFECTIVO

ESTE FORMULÁRIO APENAS É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DE PROVA DE RESIDÊNCIA FISCAL.
PARA EFEITOS DE PROVA DA RESIDÊNCIA FISCAL, NO PERÍODO EM CAUSA, DA ENTIDADE IDENTIFICADA NO QUADRO I É JUNTO CERTIFICADO DE RESIDÊNCIA FISCAL EMITIDO PELAS AUTORIDADES COMPETENTES DO RESPECTIVO ESTADO DE RESIDÊNCIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 4.º DA CONVENÇÃO PARA EVITAR A DUPLA TRIBUTAÇÃO, ATESTANDO A SUJEIÇÃO A IMPOSTO.

ESTE FORMULARIO SÓLO ES VÁLIDO CUANDO SE ACOMPAÑA POR PRUEBA DE RESIDENCIA FISCAL.
PARA EL PROPÓSITO DE LA PRUEBA DE LA RESIDENCIA FISCAL, EN EL PERÍODO INTERESADO, LA ENTIDAD IDENTIFICADA EN EL CUADRO I SE JUNTA CON EL CERTIFICADO DE RESIDENCIA FISCAL EMITIDO POR LAS AUTORIDADES COMPETENTES DEL RESPECTIVO ESTADO DE RESIDENCIA, EN LOS TÉRMINOS DEL ARTÍCULO 4 DEL CONVENIO PARA EVITAR LA DOBLE IMPOSICIÓN ARTÍCULO 4, COMPROBANDO LA SUJECCIÓN AL IMPUESTO SOBRE LA RENTA.

IV QUESTIONÁRIO (A RESPONDER PELO BENEFICIÁRIO DO RENDIMENTO)
CUESTIONARIO (A CUMPLIMENTAR POR EL BENEFICIARIO DEL RENDIMIENTO)

A - A PREENCHER POR PESSOAS SINGULARES E POR PESSOAS COLETIVAS

A - A CUMPLIMENTAR POR PERSONAS FÍSICAS Y PERSONAS JURÍDICAS

1 - Dispõe de estabelecimento estável ou instalação fixa em Portugal?

1 - ¿Dispone de un establecimiento permanente o base fija en Portugal?

Sim *Si* Não *No*

2 - Participa no capital social da(s) entidade(s) devedora(s) dos rendimentos em percentagem igual ou superior a 10%?

2 - ¿Participa en el capital social de la entidad deudora de la renta, en una porcentaje igual o superior al 10%?

Sim *Si* Não *No*

Em caso afirmativo, indique a(s) entidade(s) e a(s) percentagem(ns) correspondente(s)

En caso afirmativo, indique la entidad y el porcentaje correspondiente

3 - Pertence aos órgãos sociais da(s) entidade(s) devedora(s) dos rendimentos?

3 - ¿Pertenece a los órganos sociales de la entidad deudora de los rendimientos?

Sim *Si* Não *No*

Em caso afirmativo especifique

En caso afirmativo especifique

B - A PREENCHER **SOMENTE** POR PESSOAS SINGULARES

B - A CUMPLIMENTAR SOLAMENTE POR PERSONAS FÍSICAS

1 - No(s) ano(s) civil(is) em que os rendimentos vão ser pagos ou colocados à sua disposição, vai residir em Portugal?

1 - ¿En el año en que la renta será pagada o puesta a su disposición, va a residir en Portugal?

Sim *Si* Não *No*

Em caso afirmativo, indique a estimativa do número de dias de permanência

En caso afirmativo, indique el numero de días de permanencia

2 - Dispõe de habitação permanente em Portugal?

2 - ¿Tiene domicilio permanente en Portugal?

Sim *Si* Não *No*

Em caso afirmativo, indique o endereço

En caso afirmativo, indique su domicilio

3 - Indique a sua data de nascimento (AAAA/MM/DD)

e a nacionalidade

3 - Indique su fecha de nacimiento(AAAA/MM/DD) y su nacionalidad

V IDENTIFICAÇÃO DO INTERMEDIÁRIO FINANCEIRO NÃO RESIDENTE EM PORTUGAL
IDENTIFICACIÓN DEL INTERMEDIARIO FINANCIERO NO RESIDENTE EN PORTUGAL

NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL

NOMBRE/ DENOMINACIÓN SOCIAL

DOMICÍLIO FISCAL

DOMICILIO FISCAL

NIF no país de residência

NIF del país de residencia

CÓDIGO POSTAL

CÓDIGO POSTAL

LOCALIDADE

LOCALIDAD

PAÍS

PAÍS

VI IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE RESIDENTE EM PORTUGAL QUE SE ENCONTRA OBRIGADA A EFETUAR A RETENÇÃO NA FONTE
IDENTIFICACIÓN DE LA ENTIDAD RESIDENTE EN PORTUGAL OBLIGADA A EFECTUAR LA RETENCIÓN DEL IMPUESTO EN LA FUENTE

NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL

NOMBRE/DENOMINACIÓN SOCIAL

Número de Identificação Fiscal (NIF)

Numero de Identificación Fiscal (NIF)

VII IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO EFETIVO DOS RENDIMENTOS
IDENTIFICACIÓN DEL REPRESENTANTE LEGAL DEL BENEFICIARIO EFECTIVO DE LOS RENDIMIENTOS

NOME/DENOMINAÇÃO SOCIAL

NOMBRE/DENOMINACIÓN SOCIAL

Número de Identificação Fiscal (NIF)

Numero de Identificación Fiscal (NIF)

VIII DECLARAÇÃO DO BENEFICIÁRIO EFETIVO DOS RENDIMENTOS OU DO SEU REPRESENTANTE LEGAL
DECLARACIÓN DEL BENEFICIARIO EFECTIVO DE LOS RENDIMIENTOS O DE SU REPRESENTANTE LEGAL

Declaro que sou (a entidade identificada no Quadro I é) o beneficiário efetivo dos rendimentos mencionados no presente formulário e que estão corretos todos os elementos nele indicados. Mais declaro que estes rendimentos não estão efetivamente conexos com qualquer estabelecimento estável ou instalação fixa localizados em Portugal.

Declaro que soy (la entidad señalada en el cuadro I es) el beneficiario efectivo de los rendimientos contenidos en el formulario, siendo correctos todos los elementos contenidos en él. Declaro además que dichos rendimientos no están afectos a ningún establecimiento permanente o base fija en Portugal.

Local

Localidad

Data (AAAA/MM/DD)

Fecha (AAAA/MM/DD)

Assinatura:

Firma:

Signatário Autorizado:

Nome

Signatario autorizado:

Nombre

Função:

En calidad de:

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

OBSERVAÇÕES PRÉVIAS

O presente formulário destina-se a solicitar a **dispensa total ou parcial de retenção na fonte** do imposto português, ao abrigo de Convenção para Evitar a Dupla Tributação, conforme os artigos 101.º-C, n.º 2, do Código do IRS, e 98.º, n.º 2, al. a), do Código do IRC.

Este formulário apenas é exigível e produz efeitos, nos casos em que a Convenção para evitar a Dupla Tributação determina a falta de competência para efetuar a retenção na fonte, ou, quando esta está limitada (dividendos, juros e royalties).

Deve ser preenchido, em duplicado, pelo beneficiário efetivo dos rendimentos obtidos em território português (ou pelo seu representante legal em Portugal) destinando-se cada um dos exemplares, acompanhados de prova da residência nos termos da respetiva Convenção para Evitar a Dupla Tributação, à entidade indicada na parte inferior direita das páginas que o compõem.

O formulário é válido pelo prazo máximo de um ano, e expira no último dia do período identificado no certificado de residência fiscal. O beneficiário dos rendimentos deverá informar imediatamente a entidade devedora ou pagadora caso se verifiquem alterações nos pressupostos de que depende a dispensa total ou parcial de retenção na fonte. No caso de dividendos de ações e juros de valores mobiliários representativos de dívida, o formulário deverá ser entregue ao intermediário financeiro junto do qual o beneficiário efetivo tem a conta de valores mobiliários que, por sua vez, o reencaminhará para a entidade residente em Portugal obrigada a efetuar a retenção na fonte.

Qualquer que seja a natureza dos rendimentos indicados no quadro II a entrega do formulário junto da entidade portuguesa obrigada a efetuar a retenção na fonte deverá verificar-se até ao termo do prazo estabelecido para a entrega do respetivo imposto. Essa entidade conservará o exemplar que lhe foi remetido, devendo apresentá-lo apenas quando solicitado e no prazo que for fixado.

O pedido de dispensa de retenção na fonte só se considerará entregue quando o formulário, integral e corretamente preenchido, estiver acompanhado de certificado de residência fiscal emitido pelas autoridades competentes do Estado contratante, certificando que a entidade identificada no quadro I foi residente para efeitos fiscais nos termos do artigo 4.º da convenção para evitar a dupla tributação, no período em causa, e sujeita a imposto sobre o rendimento nesse Estado. Este formulário pode ser obtido junto das autoridades fiscais competentes dos Estados com os quais Portugal celebrou Convenção para Evitar Dupla Tributação, e ainda via Internet, na página www.portaldasfinancas.gov.pt, devendo, neste último caso, a terceira página ser impressa em duplicado no verso das duas primeiras.

QUADRO I

Destina-se à identificação do beneficiário efetivo dos rendimentos. O nome/denominação social, bem como a morada, devem estar completos e, quando preenchidos manualmente, devem ser inscritos com letra maiúscula. O primeiro Número de Identificação Fiscal (NIF) a inscrever corresponde ao do país de residência do beneficiário dos rendimentos. Deverá ainda ser preenchido o NIF português que, caso não exista, será obrigatoriamente requerido pela entidade obrigada a efetuar a retenção na fonte de imposto. A indicação do endereço de correio eletrónico (e-mail) é facultativa.

QUADRO II

Neste quadro, destinado à identificação dos rendimentos, deve assinalar-se a natureza dos rendimentos que vão ser obtidos em Portugal de acordo com as definições e/ou âmbito de aplicação dos artigos da Convenção Para Evitar a Dupla Tributação aplicável. Em particular, o campo 8 (prestações de serviços) deve ser assinalado relativamente aos casos que caíam no âmbito do art.º 7.º da Convenção, isto é, quando se trate de rendimentos de prestações de serviços a incluir no lucro das empresas.

No campo 1.1, o código ISIN é de preenchimento obrigatório, quando exista, dispensando a indicação da entidade emitente.

Deverá ser entregue um único formulário a cada entidade residente em Portugal obrigada a efetuar a retenção na fonte de imposto sobre rendimentos obtidos em território português.

No caso de as linhas serem insuficientes, deverão ser utilizados os formulários que forem necessários.

QUADRO III

Assinalar a junção de certificado (preenchimento obrigatório).

QUADRO IV

Responder SIM ou NÃO às questões colocadas, especificando quando aplicável.

QUADRO V

Este quadro só deve ser preenchido nos casos em que o beneficiário detém ações ou valores mobiliários representativos de dívida em conta aberta junto de um intermediário financeiro não residente em Portugal.

Como se referiu em "observações prévias", será esta entidade que reencaminhará o formulário, depois de devidamente preenchido e certificado, para a entidade residente em Portugal obrigada a efetuar a retenção na fonte.

QUADRO VI

Quadro destinado à identificação da entidade residente em Portugal que se encontra obrigada a efetuar a retenção na fonte do imposto.

QUADRO VII

Destina-se à identificação do representante legal do beneficiário dos rendimentos, a identificar obrigatoriamente apenas nos casos em que este pretenda que seja o seu representante legal a solicitar a dispensa total ou parcial da retenção na fonte do imposto devido em Portugal.

QUADRO VIII

A declaração constante deste quadro deve ser assinada pelo beneficiário efetivo, ou pelo seu representante legal em Portugal.

INSTRUCCIONES

OBSERVACIONES PREVIAS:

Este formulario está destinado a solicitar una exención total o parcial de la retención del impuesto portugués, en virtud del Convenio para evitar la doble imposición, de conformidad con los artículos 101-C, párrafo 2, del Código del IRS, y 98 (2), al. a), del Código del IRC.

Este formulario solo es obligatorio y surte efecto, en los casos en que lo Convenio para evitar la doble imposición determina la falta de competencia para efectuar la retención de impuestos o, cuando es limitada (dividendos, intereses y cánones).

Debe ser completado, por duplicado, por el beneficiario real de los ingresos obtenidos en territorio portugués (o por su representante legal en Portugal) con cada copia que se envíe, acompañada de un comprobante de residencia en virtud del Convenio respectivo para evitar la doble imposición, a la entidad indicada en la parte inferior derecha de las páginas que la componen.

La solicitud es válida por un período máximo de un año y caduca el último día del período identificado en el certificado de residencia fiscal. El beneficiario deberá, de inmediato, informar a la entidad deudora o pagadora, en el caso de producirse variaciones que afecten a la exención total o parcial de la retención en la fuente. En el caso de dividendos de acciones e intereses del valor mobiliario representativo de la deuda, la solicitud deberá ser entregada al intermediario financiero donde el beneficiario efectivo tenga la cuenta de valores mobiliarios, que lo remitirá a la entidad residente en Portugal que se encuentra obligada a efectuar la retención en la fuente.

Cualquiera que sea la naturaleza de los rendimientos señalados en el cuadro "II" la presentación de la solicitud se realizará a la entidad portuguesa que se encuentra obligada a efectuar la retención en la fuente, en el momento en que la obligación ocurre. Tal entidad conservará el ejemplar que le fue destinado, y solo deberá presentarlo cuando le sea solicitado y en el plazo fijado.

La solicitud de exención de la retención de impuestos solo se considerará entregada cuando el formulario, completo y correctamente llenado, esté acompañado de un certificado de residencia fiscal, emitido por las autoridades competentes del Estado respectivo, certificando que la entidad identificada en el cuadro I es residente fiscal en los términos del artículo 4 de la convenio para evitar la doble imposición, en el período afectado, donde se encuentra sujeto al impuesto sobre la renta. Este formulario se puede obtener de las autoridades fiscales competentes de los Estados con los que Portugal ha firmado un Convenio para evitar la doble imposición, y también a través de Internet, en la página www.portaldasfinancas.gov.pt, en cuyo caso la tercera página debe imprimirse en duplicado en la parte posterior de los dos primeros.

CUADRO I

Se destina a la identificación del beneficiario efectivo de los rendimientos. El nombre /denominación social, así como el domicilio, deberá cumplimentarse a máquina o utilizando bolígrafo sobre superficie dura y con letra mayúscula. El primer número que debe indicar el solicitante es el Número de Identificación Fiscal asignado por su país de residencia. Debe cumplimentarse también el NIF portugués que, en caso de no existir, será solicitado por la entidad que se encuentra obligada a efectuar la retención en la fuente del impuesto. La dirección de correo electrónico es opcional.

CUADRO II

El cuadro II está reservado a la identificación de los rendimientos. Debe indicarse la naturaleza de los rendimientos obtenidos en Portugal según los tipos previstos en el Convenio para evitar la doble imposición aplicable. En particular, el campo 8 (prestación de servicios) deberá marcarse en los casos previstos en el artículo 7º del convenio, o sea, cuando se trate de rendimientos de prestaciones de servicios a incluir en los beneficios de las empresas.

El código ISIN es de cumplimentación obligatoria. Cuando exista, es dispensable la descripción de la entidad emisora. Debe ser presentado un solo impreso por cada entidad residente en Portugal que se encuentra obligada a efectuar la retención en la fuente del impuesto de rendimientos obtenidos en territorio portugués.

En el caso de que las líneas no sean suficientes, deben utilizarse tantos formularios como sean necesarios.

CUADRO III

Verifique la junción del certificado (llenado obligatorio).

CUADRO IV

Contestar "SI" o "No" a las cuestiones formuladas y especificar cuando proceda.

CUADRO V

Este cuadro debe cumplimentarse solo en el caso de que el beneficiario tenga las acciones o valores mobiliarios representativos de la deuda en cuenta ante un intermediario financiero no residente en Portugal.

Según lo dispuesto en las "observaciones previas", ésta será la entidad que debe presentar el formulario, después de cumplimentado y certificado, a la entidad residente en Portugal obligada a efectuar la retención en la fuente.

CUADRO VI

Se destina a la identificación de la entidad residente en Portugal que está obligada a efectuar la retención del impuesto en la fuente.

CUADRO VII

Se destina a la identificación del representante legal del beneficiario de los rendimientos. Su cumplimentación es obligatoria en el caso que éste desee que sea su representante legal quien solicite la exención total o parcial de retención del impuesto en la fuente.

CUADRO VIII

La declaración deberá ser firmada por el beneficiario efectivo o por su representante legal en Portugal.